poderão concorrer indivíduos, ainda que não ajudantes de despachante ou caixeiros despachantes, com a habilitação mínima do 2.º ciclo liceal ou equivalente.

Art. 17.º É assim alterada a redacção do § 3.º do artigo 413.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas do Ultramar:

§ 3.º Podem também ser nomeados ajudantes de despachante, para as sedes das alfândegas mencionadas no § 2.º do artigo 107.º e para as outras estâncias aduaneiras que não sejam sedes das alfândegas, indivíduos que possuam, pelo menos, a 4.ª classe de instrução primária, desde que estejam habilitados com o exame referido no artigo 419.º deste estatuto.

Art. 18.º As disposições do artigo 424.º e seu § único do Estatuto Orgânico das Alfândegas do Ultramar não se aplicam aos funcionários que à data da publicação daquele estatuto já se encontravam na situação de licença ilimitada.

Art. 19.º O funcionário que haja feito ou faça requerimento para desempenhar as funções exigidas para admissão a concurso ou para promoção e não tenha sido ou não for oportunamente atendido, por conveniência de serviço, não será prejudicado nessa admissão ou promoção.

Art. 20.º (transitório). Serão promovidos, por ordem de antiguidade na sua categoria, com dispensa de prestação de provas, a oficiais, verificadores e reverificadores, os funcionários que à data da publicação do Estatuto Orgânico das Alfândegas do Ultramar eram, respectivamente, aspirantes, terceiros-verificadores e segundos-verificadores dos quadros técnico-aduaneiros privativos das províncias ultramarinas.

§ único (transitório). A promoção à categoria de reverificador-chefe dos antigos primeiros-verificadores e segundos-verificadores nas condições prescritas nos artigos 149.º e 150.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas do Ultramar continua a regular-se pelas disposições daqueles artigos.

Art. 21.º (transitório). Ingressam na categoria de oficial estagiário, com dispensa de prestação de provas,

os actuais escriturários do quadro auxiliar da província de S. Tomé e Príncipe que possuam boas informações.

Art. 22.º Ficam os Governos-Gerais das províncias de Angola e Moçambique autorizados a abrir, observadas as disposições legais aplicáveis, os créditos especiais necessários à satisfação dos encargos criados pelo presente decreto, servindo de contrapartida disponibilidades ou recursos orçamentais.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 8 de Junho de 1962. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — Adriano José Alves Moreira.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas, excepto no da de Macau. — A. Moreira.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais

Portaria n.º 19 226

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Indústria, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38 801, de 25 de Junho de 1952, aprovar como normas definitivas, com a redacção proposta nos respectivos pareceres do Conselho de Normalização e com os n.ºs NP-215 e NP-223, respectivamente, as seguintes normas provisórias:

P-215 — Correias transportadoras de borracha. Colheita de amostras e condições gerais dos ensaios de recepção.

P-223 — Correias transportadoras de borracha com telas de algodão. Características de fabricação.

Ministério da Economia, 8 de Junho de 1962. — O Secretário de Estado da Indústria, *Edgar Maria da Silva Antunes de Oliveira*.